



CARGO: PROCURADOR

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo ao qual você concorre, se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas cada (A, B, C, D e E) e se possui a folha rascunho da prova de redação;
- Caso o caderno esteja incompleto, possua qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores neste sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, a folha definitiva da prova de redação e se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala corrigir em Ata;
- **Você dispõe de 4 (quatro) horas para realizar a prova objetiva e transcrever a folha de rascunho da prova de redação para a folha definitiva da prova de redação;**
- Na duração da prova, está incluso o tempo destinado à entrega do material de prova, ao preenchimento do cartão resposta e folha definitiva da prova de redação;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como calculadoras, MP3, MP4, celular, tablet, notebook, gravador, máquina fotográfica ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, dicionários, consultas ou qualquer outro material impresso que não esteja expressamente permitido; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não seja permitido;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora após início da prova você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- **Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova, o cartão resposta devidamente assinado, a folha definitiva da prova de redação e deixe o local de prova. O candidato NÃO poderá levar consigo o caderno de questões e o rascunho da prova de redação, poderá levar somente a anotação de gabarito a ser destacada abaixo;**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente caderno de prova, cartão resposta e folha definitiva da prova de redação poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar o seu desempenho e boa prova.

NOME COMPLETO:

[illegible]

01) Leia o texto a seguir:

O avanço das tecnologias digitais tem proporcionado novas oportunidades de inclusão social para a população idosa. Aplicativos de mensagens, serviços bancários online e plataformas de comunicação permitem que muitos idosos mantenham contato com familiares, realizem tarefas cotidianas e tenham acesso a informações de forma mais rápida. Entretanto, para que esse processo ocorra de maneira eficaz, é necessário oferecer orientação adequada e promover o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao uso dessas ferramentas.

Considerando as normas da ortografia oficial da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas CORRETAMENTE:

- (A) Tecnologia – comunicação – inclusão – habilidade.
- (B) Mensagem – familiares – acesso – orientação.
- (C) Eficaz – desenvolvimento – ferramentas – digitais.
- (D) População – aplicativos – informassão – oportunidade.
- (E) Bancário – cotidiâno – plataforma – informação.

02) Analise o trecho abaixo:

Os adolescentes da geração Z cresceram conectados a diferentes tecnologias digitais. O uso constante de aplicativos de mensagens, plataformas de vídeo e redes sociais faz parte de sua rotina. Essa geração desenvolveu novas formas de comunicação, compartilhando informações de maneira rápida e interativa. No entanto, especialistas destacam a importância do equilíbrio entre o mundo virtual e as experiências presenciais para o desenvolvimento saudável dos jovens.

Considerando os aspectos fonológicos da Língua Portuguesa, especialmente a ocorrência de dígrafos, assinale a alternativa que apresenta uma palavra retirada do texto que contém dígrafo consonantal:

- (A) Uso.
- (B) Jovens.
- (C) Geração.
- (D) Compartilhando.
- (E) Rotina.

03) Considere o texto para resolução da questão:

O futebol ocupa lugar de destaque na sociedade brasileira. Mais do que uma prática esportiva, ele influencia hábitos culturais, movimenta a economia e fortalece o sentimento de pertencimento entre torcedores. Em dias de grandes partidas, cidades inteiras alteram sua rotina para acompanhar os jogos e celebrar os resultados alcançados por suas equipes.

No período “Em dias de grandes partidas, cidades inteiras alteram sua rotina para acompanhar os jogos e celebrar os resultados alcançados por suas equipes”, analise a função sintática dos termos destacados e assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O sujeito da oração é “Em dias de grandes partidas”.
- (B) O termo “cidades inteiras” exerce a função de sujeito da oração.
- (C) A expressão “sua rotina” exerce a função de predicativo do sujeito.
- (D) O termo “os jogos” exerce a função de sujeito do verbo “acompanhar”.
- (E) A expressão “por suas equipes” exerce a função de objeto indireto do verbo “alcançados”.

04) Em uma crônica esportiva, o autor escreveu:

"Após a vitória no campeonato, a cidade vestiu as cores do time e o coração dos torcedores explodiu de alegria."

Considerando os sentidos denotativo e conotativo da linguagem, assinale a alternativa CORRETA acerca da expressão "o coração dos torcedores explodiu de alegria":

- (A) A expressão deve ser interpretada literalmente, indicando uma alteração física no coração dos torcedores.
- (B) O verbo "explodiu" foi empregado em sentido denotativo, indicando uma ação concreta e real.
- (C) A expressão apresenta sentido conotativo, sugerindo a intensa emoção vivenciada pelos torcedores.
- (D) A expressão demonstra um uso inadequado da norma-padrão da Língua Portuguesa.
- (E) O trecho não apresenta recurso expressivo, pois todas as palavras foram empregadas em seu sentido habitual.

05) No contexto das discussões sobre responsabilidades parentais, considere o trecho a seguir:

"Cabe aos responsáveis garantir _____ crianças e aos adolescentes condições adequadas de desenvolvimento, assegurando acesso _____ educação, _____ saúde e _____ oportunidades que favoreçam sua formação integral."

De acordo com as normas da Língua Portuguesa relativas ao emprego do sinal indicativo de crase, assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE as lacunas:

- (A) às – à – à – às.
- (B) as – a – à – às.
- (C) às – à – a – as.
- (D) as – à – à – às.
- (E) às – a – à – as.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

06) Em uma cooperativa, os colaboradores recebem ao final de um ciclo de um ano uma participação nos resultados do lucro e esta participação é medida por um fator numérico multiplicado pelo salário do colaborador. Em um destes ciclos, o fator foi de 1,75, o que indica que o colaborador irá receber 1,75 vezes o valor do seu salário. Considerando estas informações, um colaborador que tem um salário de R\$ 4.680,00 recebeu de participação dos lucros o valor de:

- (A) R\$ 7.920,00.
- (B) R\$ 8.190,00.
- (C) R\$ 8.320,00.
- (D) R\$ 8.670,00.
- (E) R\$ 9.070,00.

07) A nova piscina de um colégio tem forma de paralelepípedo retângulo, com 10 metros de comprimento e 6 de largura. Se esta piscina tem capacidade para 90.000 mil litros de água, a sua altura em metros é igual a:

- (A) 1,40 metros.
- (B) 1,45 metros.
- (C) 1,50 metros.
- (D) 1,55 metros.
- (E) 1,60 metros.

08) Um contêiner carregado pesa 30 toneladas, e somente o peso do contêiner é de 3.500 quilos. Após ser descarregado exatamente a metade da sua carga, o peso da carga restante mais o peso do contêiner é igual a:

- (A) 16,75 toneladas.
- (B) 15,50 toneladas.
- (C) 17,75 toneladas.
- (D) 14,50 toneladas.
- (E) 18,75 toneladas.

09) Camila comprou três trufas por R\$ 10,00, sendo cada trufa de um preço diferente, e o seu preço é um número inteiro. Com base nestes dados, a trufa de maior preço pode custar, no máximo:

- (A) R\$ 4,00.
- (B) R\$ 5,00.
- (C) R\$ 6,00.
- (D) R\$ 7,00.
- (E) R\$ 8,00.

10) Uma empresa de embalagens produz e vende caixas de papelão, sendo o custo para produzir x caixas é dado pela função $C(x) = \frac{2.000}{x+10}$. Considerando esta função, qual é o custo por caixa quando a produção total é de 240 caixas?

- (A) R\$ 6,00.
- (B) R\$ 7,50.
- (C) R\$ 8,00.
- (D) R\$ 8,50.
- (E) R\$ 9,00.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

11) O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Azul organiza o regime disciplinar em torno de um rol fechado de penalidades, de critérios de dosimetria que consideram a natureza e a gravidade da infração e de prazos próprios de prescrição. A lei também define as hipóteses em que a apuração exige processo administrativo disciplinar, e não apenas sindicância. Sobre as penalidades disciplinares previstas na Lei Municipal nº 465/2008, marque V para VERDADEIRO ou F para FALSO e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () São penalidades disciplinares a advertência, a multa, a suspensão, a destituição da função gratificada ou comissionada, a demissão e a cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- () A pena de suspensão não excederá noventa dias e, havendo conveniência para o serviço, poderá ser convertida em multa de cinquenta por cento por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.
- () A pena de advertência prescreve em cinco anos e a de demissão em dois anos, contados ambos os prazos da data do julgamento do processo administrativo.
- () A instauração de processo administrativo disciplinar é sempre necessária para a aplicação da penalidade de demissão.

- (A) V-F-V-F.
- (B) F-V-V-F.
- (C) V-V-F-V.
- (D) F-F-V-V.
- (E) V-F-F-V.

12) O comércio marítimo mundial depende de um número reduzido de passagens estratégicas capazes de encurtar rotas entre oceanos. Uma dessas passagens é uma via navegável artificial construída na América Central, que atravessa a faixa de terra mais estreita entre dois grandes oceanos e utiliza um sistema de eclusas para vencer o desnível do terreno, elevando as embarcações até um lago artificial situado acima do nível do mar. Antes de sua abertura, os navios que iam da costa atlântica à costa pacífica do continente americano precisavam contornar o extremo sul da América do Sul. Qual das alternativas abaixo se refere a essa via navegável?

- (A) Canal do Panamá.
- (B) Canal de Suez.
- (C) Estreito de Magalhães.
- (D) Canal de Kiel.
- (E) Canal de Corinto.

13) Em novembro de 2025, o Brasil sediou, pela primeira vez em uma cidade da Amazônia, a conferência anual das Nações Unidas dedicada à mudança do clima, realizada no âmbito da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima. Sob presidência brasileira, o encontro reuniu delegações de 195 países, que aprovaram por consenso um conjunto de decisões conhecido como Pacote de Belém, tendo como texto central a chamada Decisão Mutirão. O evento marcou os dez anos do Acordo de Paris e lançou iniciativas voltadas ao financiamento da conservação de florestas tropicais. Qual das alternativas abaixo se refere a essa conferência?

- (A) Cúpula do G20.
- (B) Rio+20.
- (C) Fórum Econômico Mundial.
- (D) COP30.
- (E) Assembleia Geral da ONU.

14) A inserção internacional de um país se expressa, entre outros meios, pela sua participação em organizações e blocos que estruturam a ordem mundial contemporânea. Cada uma dessas entidades possui natureza, finalidade e composição próprias, de modo que o pertencimento a uma delas não implica pertencimento às demais. Considerando a política externa brasileira até o final do ano de 2025, identifique aquelas das quais o Brasil é Estado-membro. Analise as assertivas e assinale a alternativa CORRETA:

I - O Grupo dos Vinte (G20), fórum internacional que reúne dezenove países, a União Europeia e a União Africana, com foco na coordenação macroeconômica global.

II - A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dedicada ao estabelecimento de padrões globais de políticas públicas e que exige rigorosos processos de acessão de seus parceiros.

III - A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aliança militar intergovernamental pautada no princípio da defesa coletiva e com sede administrativa em Bruxelas.

IV - O Mercado Comum do Sul (Mercosul), bloco de integração econômica sul-americano instituído pelo Tratado de Assunção e estruturado por órgãos como o Conselho do Mercado Comum.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas I e IV.

15) Preencha as lacunas com a alternativa CORRETA:

A Lei Orgânica do Município de Rio Azul estabelece regras estritas para o processo legislativo, regulando a interação entre os poderes locais. Conforme essa norma, se o Prefeito julgar um projeto de lei inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo dentro de _____ dias úteis. Caso o Chefe do Executivo não se manifeste nesse período, o seu silêncio implicará em _____. Uma vez comunicado o veto, a Câmara Municipal terá o prazo de trinta dias para apreciá-lo, sendo que a sua rejeição exige o voto contrário da _____ dos membros do Legislativo municipal.

- (A) 10 (dez)/rejeição/maioria simples.
- (B) 15 (quinze)/sanção/maioria absoluta.
- (C) 20 (vinte)/promulgação/maioria de dois terços.
- (D) 30 (trinta)/aprovação tácita/maioria simples.
- (E) 05 (cinco)/veto tácito/maioria absoluta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Determinado particular procurou a Procuradoria do Município de Rio Azul/PR interessado em utilizar, com exclusividade, um bem público municipal. Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Rio Azul/PR sobre a utilização dos bens municipais, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A autorização de uso é ato negocial unilateral, discricionário e precário, solicitado pelo interessado, concedida por meio de portaria para atividade ou uso específico e transitório, não podendo ultrapassar 60 (sessenta) dias.
- (B) A permissão de uso, por atribuir a utilização individual de bem público ao particular, depende de prévia lei autorizadora e de licitação, sendo formalizada por Decreto.
- (C) A concessão de uso de bem público constitui ato administrativo unilateral e precário, pelo qual o Município outorga a utilização exclusiva do bem, dispensado, em regra, o procedimento licitatório.
- (D) A cessão de uso é a transferência onerosa da posse de bem público de uma entidade municipal ou órgão para particular, formalizada mediante contrato administrativo precedido de licitação.
- (E) A concessão de direito real de uso independe de lei autorizadora, bastando ato negocial unilateral e precário da Administração para transferir a utilização do terreno público ao particular.

17) Servidor recém-nomeado para cargo de provimento efetivo do Município de Rio Azul/PR, aprovado em concurso público, procurou o setor de recursos humanos com dúvidas acerca do período de estágio probatório, das hipóteses de interrupção da contagem, das consequências da não aprovação e dos requisitos para a aquisição da estabilidade. Considerando as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Azul/PR, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo, ao entrar em exercício, fica sujeito a estágio probatório pelo prazo de 2 (dois) anos.
- (B) São estáveis, após 3 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após a avaliação de desempenho e declaração de estabilidade por ato do executivo municipal.
- (C) A contagem do estágio probatório não sofre qualquer interrupção quando o servidor a ele submetido vier a ser nomeado para exercer cargo comissionado.
- (D) Durante o estágio probatório, o servidor não aprovado será, em qualquer hipótese, demitido do serviço público.
- (E) Adquire estabilidade, após 3 (três) anos de efetivo exercício, tanto o servidor efetivo aprovado em concurso quanto o servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

18) Determinado Vereador da Câmara Municipal de Rio Azul/PR passou a ter sua permanência no cargo questionada em razão de ausências reiteradas às sessões legislativas e da ocorrência de fatos posteriores à sua diplomação. Diante da situação, a Mesa Diretora foi instada a analisar as hipóteses legais de perda do mandato, bem como a competência para sua declaração ou deliberação e o procedimento aplicável em cada caso. Considerando as disposições da Lei Orgânica do Município de Rio Azul/PR acerca da perda do mandato de Vereador, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Perde o mandato o Vereador que deixar de comparecer a 3 (três) sessões ordinárias consecutivas, ou a 5 (cinco) alternadas, em cada ano legislativo, ainda que esteja em licença ou missão oficial autorizada.
- (B) Na hipótese de condenação criminal em sentença transitada em julgado, a perda do mandato será simplesmente declarada pela Mesa, de ofício, independentemente de decisão do Plenário e de contraditório.
- (C) A perda do mandato do Vereador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar será decidida pela Câmara de Vereadores, mediante iniciativa da Mesa ou de partido político com representação na Casa, assegurada ampla defesa.
- (D) A renúncia do parlamentar submetido a processo que possa levar à perda do mandato produz efeitos imediatos, extinguindo o processo em curso e prejudicando as deliberações da Mesa e do Plenário.
- (E) Nos casos de perda ou suspensão dos direitos políticos e de deixar de residir no território do Município, a perda do mandato depende de decisão do Plenário da Câmara, por maioria absoluta, vedada a atuação de ofício da Mesa.

19) Servidora efetiva do Município de Rio Azul/PR procurou o setor de recursos humanos para esclarecer dúvidas sobre a duração das férias, a possibilidade de fracionamento, os reflexos das faltas sobre o número de dias a que teria direito e a vedação de conversão das férias em tempo de serviço. Considerando as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Azul/PR, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Para cada período aquisitivo de férias serão exigidos 6 (seis) meses de efetivo exercício, contados a partir da data da primeira investidura em cargo público.
- (B) O servidor que tiver mais de 20 (vinte) faltas durante o período de 12 (doze) meses terá direito a 18 (dezoito) dias corridos de férias.
- (C) As férias poderão ser usufruídas em até dois períodos, de acordo com a conveniência do serviço e crivo do chefe da repartição.
- (D) É permitida a conversão do período de férias em tempo de serviço, bem como a compensação de faltas com dias subtraídos do período de férias.
- (E) As férias do pessoal do magistério ficam vinculadas ao período de recesso escolar, totalizando 30 (trinta) dias por ano.

20) Sobre a composição e a organização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, disciplinadas em sua Lei Orgânica (Lei Complementar nº 113/2005), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem sede em qualquer município do interior do Estado, a critério de seu Presidente.
- (B) O mandato dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral do Tribunal é de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.
- (C) O Tribunal de Contas do Estado do Paraná divide-se em três Câmaras deliberativas, compostas cada uma por dois Conselheiros.
- (D) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é integrado por sete procuradores.
- (E) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná são em número de sete.

21) A respeito do desfazimento e da correção dos atos administrativos, especificamente quanto à anulação, à revogação e à convalidação, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A revogação é o desfazimento do ato administrativo em razão de vício de legalidade, produzindo efeitos retroativos.
- (B) A anulação do ato administrativo pode ser feita apenas pelo Poder Judiciário, sendo vedado à própria Administração anular seus atos ilegais.
- (C) A revogação de ato administrativo pode recair sobre atos legais ou ilegais, indistintamente, por razões de conveniência e oportunidade.
- (D) A convalidação é o instituto pelo qual a Administração extingue o ato administrativo válido que se tornou inconveniente ao interesse público.
- (E) A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e revogá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

22) As autarquias e as fundações públicas integram a Administração Pública Indireta e sujeitam-se a regime jurídico próprio, com peculiaridades quanto à sua instituição, ao controle a que se submetem e às prerrogativas de que dispõem. Considerando a disciplina constitucional e legal aplicável às autarquias e às fundações públicas, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Tanto a autarquia quanto a fundação pública de direito público são criadas diretamente por lei específica, ao passo que a autarquia adquire personalidade jurídica somente com o registro de seus atos constitutivos no órgão competente.
- (B) As autarquias, por integrarem a Administração Indireta e gozarem de autonomia administrativa, não se submetem ao controle finalístico exercido pela Administração Direta.
- (C) A fundação pública, qualquer que seja o regime jurídico adotado, ostenta natureza de pessoa jurídica de direito privado, razão pela qual jamais faz jus às prerrogativas processuais e tributárias próprias da Fazenda Pública.
- (D) Compete à lei complementar definir as áreas de atuação das fundações públicas, exigindo-se lei específica para autorizar a instituição de fundação e para criar a autarquia.
- (E) Os bens das autarquias, por pertencerem a pessoas jurídicas dotadas de autonomia patrimonial, submetem-se ao regime jurídico de direito privado, sendo passíveis de penhora e usucapião.

23) Os remédios constitucionais constituem instrumentos postos à disposição dos indivíduos e da coletividade para a tutela de direitos fundamentais em face de atos ilegais ou abusivos do Poder Público ou de particulares. Considerando a disciplina constitucional das ações constitucionais em espécie, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O habeas data é a ação cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, sendo prescindível, contudo, a prévia recusa administrativa ao acesso ou à retificação dos dados, dada a natureza urgente do remédio.
- (B) O mandado de injunção será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de qualquer direito, ainda que de natureza infraconstitucional, cabendo ao Judiciário, ao concedê-lo, editar a norma faltante com efeitos *erga omnes*.
- (C) A ação popular pode ser proposta por qualquer pessoa física ou jurídica que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, ficando o autor, em regra, condenado ao pagamento das custas e do ônus da sucumbência mesmo quando vencido de boa-fé.
- (D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (E) O habeas corpus é o remédio adequado para tutelar a liberdade de locomoção e, em razão de sua amplitude, também é cabível para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas data quando envolver punição disciplinar militar.

24) O Código Civil, ao disciplinar a responsabilidade civil, prevê situações em que a conduta, embora cause dano a outrem, não é qualificada como ato ilícito, bem como estabelece os efeitos indenizatórios que dela podem decorrer. Considerando as disposições do Código Civil acerca das excludentes do ato ilícito, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O exercício regular de um direito reconhecido, quando dele resultar dano a terceiro, constitui ato ilícito, sujeitando o seu autor ao dever de indenizar.
- (B) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- (C) No estado de necessidade, a deterioração ou destruição de coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, será sempre legítima, ainda que a conduta exceda os limites do indispensável à remoção do perigo.
- (D) Ainda que o dono da coisa deteriorada não seja culpado do perigo, não lhe assistirá direito à indenização pelo prejuízo sofrido, por se tratar de ato lícito praticado em estado de necessidade.
- (E) Se o perigo ocorrer por culpa de terceiro, é vedado ao autor do dano que houver ressarcido o lesado o direito de ação regressiva contra o terceiro culpado.

25) O Código de Processo Civil estabelece que a toda causa deve ser atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível, disciplinando os critérios de fixação conforme a natureza do pedido. Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca do valor da causa, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A toda causa será atribuído valor certo somente quando houver conteúdo econômico imediatamente aferível, dispensando-se tal exigência nas demais hipóteses.
- (B) Na ação de cobrança de dívida, o valor da causa corresponderá à soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação.
- (C) Na ação em que há cumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá ao valor do pedido de maior expressão econômica, desprezados os demais.
- (D) O valor da causa constitui matéria de livre disposição das partes, não podendo o juiz, em nenhuma hipótese, corrigi-lo de ofício.
- (E) Nas ações fundadas em contrato, o valor da causa não guarda relação com o valor do ato, devendo ser fixado por estimativa do autor, ainda que se discuta a própria existência do negócio.

26) A suspensão e a interrupção do contrato de trabalho constituem hipóteses de sustação temporária de seus efeitos, distinguindo-se, essencialmente, pela permanência ou não da obrigação de pagamento de salários e da contagem do respectivo período como tempo de serviço. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho acerca da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença, ocorre a suspensão do contrato de trabalho, incumbindo à seguridade social o pagamento do respectivo benefício previdenciário.
- (B) A aposentadoria por invalidez importa a extinção automática do contrato de trabalho a partir da concessão do benefício previdenciário, autorizando o empregador a proceder às verbas rescisórias.
- (C) A licença-maternidade constitui hipótese de interrupção do contrato de trabalho, uma vez que, não obstante o afastamento da empregada, o respectivo período é computado como tempo de serviço, assegurada a percepção da remuneração.
- (D) A suspensão do contrato de trabalho para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional terá duração de 2 (dois) a 5 (cinco) meses, sendo permitida a sua concessão mais de uma vez no período de 16 (dezesesseis) meses.
- (E) O afastamento do empregado em razão das exigências do serviço militar obrigatório constitui hipótese de interrupção do contrato de trabalho, sendo devido, pelo empregador, o pagamento dos salários durante todo o período de afastamento.

27) Considerando as disposições do Código Civil acerca dos defeitos dos negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Configura-se a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, aferindo-se a desproporção segundo os valores vigentes ao tempo em que celebrado o negócio jurídico.
- (B) O erro, para viciar o negócio jurídico, dispensa a característica da substancialidade, bastando que seja escusável e que recaia sobre motivo secundário declarado pelas partes.
- (C) No dolo acidental, o negócio jurídico é anulável, pois, não fosse o ardil empregado, o negócio não teria sido celebrado de nenhum modo pela parte enganada.
- (D) A coação, para viciar o negócio jurídico, pode consistir no simples temor reverencial ou no exercício regular de um direito, desde que incuta na vítima fundado receio de dano.
- (E) O estado de perigo caracteriza-se quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, assume obrigação excessivamente onerosa, hipótese em que o negócio será considerado nulo de pleno direito.

28) Transitada em julgado a sentença condenatória ilíquida, o processo do trabalho ingressa na fase de liquidação, destinada a apurar o valor devido e a viabilizar a subsequente execução. Considerando as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho acerca da liquidação de sentença, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A liquidação de sentença no processo do trabalho far-se-á exclusivamente por cálculos, sendo vedadas, ante o princípio da celeridade, as modalidades por arbitramento e por artigos.
- (B) Concluídos os cálculos e definido o valor devido, a execução poderá ser promovida de ofício pelo juiz, ainda que as partes estejam regularmente representadas por advogado.
- (C) Elaborada a conta de liquidação, o juízo poderá homologá-la de imediato, ficando a apresentação de impugnação pela parte contrária condicionada à prévia garantia da execução.
- (D) Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- (E) Garantida a execução mediante depósito ou penhora, o executado poderá apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias, cuja matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.

29) A sujeição passiva tributária pode recair não apenas sobre aquele que realiza o fato gerador, mas também sobre terceira pessoa a quem a lei atribua o dever de recolher o tributo. Nesse contexto insere-se a figura da substituição tributária, mediante a qual a responsabilidade pelo crédito tributário é deslocada para pessoa diversa do contribuinte. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional acerca da sujeição passiva e da responsabilidade por substituição, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.
- (B) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- (C) As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- (D) A responsabilidade por substituição depende, em qualquer hipótese, de expressa anuência do contribuinte substituído, sob pena de nulidade da atribuição legal.
- (E) O responsável tributário é sempre aquele que pratica pessoalmente o fato gerador, confundindo-se, por isso, com a figura do contribuinte.

30) Considerando as disposições do Código de Processo Civil acerca da modificação da competência, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.
- (B) A competência em razão do valor e do território, por serem de natureza absoluta, não podem ser modificadas pela conexão ou pela continência.
- (C) Dá-se a continência entre duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- (D) A incompetência relativa deve ser reconhecida de ofício pelo juiz, independentemente de alegação da parte interessada.
- (E) A eleição de foro, ainda que constante de instrumento escrito, não obriga os herdeiros e sucessores das partes.

FOLHA RASCUNHO DA PROVA DISSERTATIVA - REDAÇÃO

O conteúdo exigido na prova de redação será estritamente relacionado aos conhecimentos específicos e à área de atuação do cargo/especialidade escolhido pelo candidato no momento da inscrição;

A prova de redação, de caráter eliminatório e classificatório, valerá o total de 100,00 (cem) pontos e consistirá em desenvolver um texto dissertativo-argumentativo;

Não serão permitidas consultas em nenhum tipo de material e o candidato não poderá levar consigo o caderno da prova de redação;

A prova de redação deverá ser feita à mão pelo próprio candidato em letra legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato quando da correção pela banca examinadora, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas;

A versão definitiva da prova de redação não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará na anulação da prova;

A folha da versão definitiva será o único documento válido para a avaliação da prova de redação. O rascunho, no caderno da prova de redação, será de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação;

A omissão de dados que forem exigidos ou necessários para a correta solução da prova de redação acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato;

O candidato terá sua prova de redação avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar a folha da versão definitiva ou entregá-la em branco;
- f) apresentar identificação em local indevido de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

ENUNCIADO:

“O Tribunal verificou ainda que órgãos públicos e servidores indevidamente removem ou não mantêm atualizadas informações essenciais para a transparência ativa, a exemplo dos microdados do censo escolar e dados consolidados de desempenho do Exame Nacional do Ensino Médio por escola e por unidade da federação. Para o TCU, a retirada unilateral dessas informações, sob alegação genérica de conformidade com a LGPD, tem causado interrupções em serviços oferecidos pela sociedade civil, diminuindo a transparência e o controle social. Para o relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, “ao decidir não publicar determinada informação, os órgãos devem fornecer fundamentação adequada, evitando citar a LGPD de forma abstrata como justificativa”.

Tribunal de Contas da União. Falta de publicidade pelos órgãos públicos diminui transparência e dificulta controle social. Publicado em 14/03/2025.

Considerando o enunciado acima, elabore um texto dissertativo-argumentativo com base na Constituição Federal e na legislação de regência, sobre o tema: "A tensão entre a publicidade administrativa e a proteção de dados pessoais na atuação da Administração Pública Municipal", abordando o fundamento constitucional do princípio da publicidade e do direito de acesso à informação, bem como o fundamento constitucional da proteção da intimidade e da proteção de dados pessoais, a técnica adequada à solução do conflito entre esses princípios, a distinção entre a divulgação de dados de agentes públicos e a de dados pessoais de cidadãos/particulares e o posicionamento sobre como o Município deve orientar sua política de transparência ativa.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	